



## EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: A CÂMARA DOS DEPUTADOS NO CENTRO DA QUESTÃO

Hérycka Sereno Neves da Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** O ensaio tem o objetivo de mostrar o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Educação para a Democracia, criada pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados para desenvolver ações sistematizadas dentro de um projeto de letramento político. Para isso, são mostrados os programas desenvolvidos e suas dinâmicas.

**Palavras-chave:** democracia, Parlamento, educação legislativa.

**Abstract:** The essay aims to show the work of the Coordination of Education for Democracy, created by the Center for Education, Training and Improvement of the House of Representatives to develop actions in a systematic project of political literacy. Therefore, the programs developed and their dynamics are displayed.

**Keywords:** democracy, Parliament, legislative education

*“A sabedoria não nos é dada, é preciso descobri-la por nós mesmos depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós.” (Marcel Proust)*

### 1 Introdução

Educação para a democracia, letramento político, educação para a cidadania, educação política, educação cidadã, são vários termos, vários programas, mas todos com um objetivo principal: o de se educar a população para o exercício da democracia, para o exercício da vida em sociedade, ainda que tal proposta signifique uma ameaça ao próprio regime. Como afirma Cosson, essa necessidade não é nova e Aristóteles já alertava para isso em *Política*, quando

---

<sup>1</sup> Analista Legislativo da Câmara dos Deputados. Diretora da Coordenação de Educação para a Democracia do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - Cefor. Graduada em Estudos Sociais. Especialista em Gestão Estratégica pela UFMG e em Psicopedagogia Reeducativa pela UniEvangélica.

afirmou que os cidadãos precisariam ser preparados e educados dentro do espírito da constituição (Cosson, 2008). Wolfgang Kersting afirmava existir uma relação de interdependência entre educação política e regime democrático:

Quem lamentar a desmotivação política, a crescente falta de senso comunitário e a desertificação social do sistema de vida, não deveria calar a respeito da educação política. E quem quiser calar a respeito da educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidade de participação. (Kersting apud Cosson, 2008, p. 187).

Ainda na ideia de que a manutenção da democracia depende do Parlamento e de sua atuação educativa, o jornalista inglês Walter Bagehot vai mais longe e afirma que seria a educativa a sua principal função e não a de legislar como normalmente se supõe:

um grande conselho formado por homens importantes, e cujas deliberações são públicas, não pode existir em uma nação sem influir nas ideias desta nação. Seu dever é modificá-las em um bom sentido. A Câmara pode, pois, instruir o país. (...) Há a função legislativa, cuja importância seria pueril negar, mas, em meu sentir, não é em verdade tão grande como a função que faz do Parlamento um foco de educação política para o país. (Bagehot apud Ribeiro, 2011, p. 99).

É mundial a preocupação com a educação para a democracia e, tendo em vista o número crescente de países se transformando em democracias, ela tem adquirido um sentido de importância e urgência crescentes (Cosson, 2008). Com essa visão, escolas, empresas, instituições sem fins lucrativos e parlamentos ao redor do mundo têm trabalhado em favor de estabelecer programas voltados ao letramento político e ao fortalecimento do regime democrático.

No Legislativo brasileiro, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – Cefor, o Instituto do Legislativo brasileiro do Senado Federal - ILB e as Escolas do Legislativo, instituídas pelas várias Assembleias Estaduais e pelas Câmaras Municipais, cada vez mais sensibilizados pela necessidade de desenvolver projetos dirigidos à educação para a democracia, têm instituído programas para a sociedade de forma a envolver a população e permitir a elas uma visão mais completa do Legislativo e do processo legislativo.

No âmbito da Câmara dos Deputados, além das atividades sistematizadas conduzidas pelo Cefor, são desenvolvidas por diversos setores da instituição atividades dirigidas à educação para a democracia. Como exemplos, temos o *site* Plenarinho, dirigido ao público infantil e que, utilizando uma linguagem acessível, informa sobre o Poder Legislativo, política, democracia, organização do Estado e a Edições Câmara que publica vários títulos visando à educação para a cidadania e à disseminação do conhecimento gerado na Câmara.

## **2 O Centro de Formação, Treinamento e Desenvolvimento da Câmara dos Deputados: um rápido olhar na sua evolução.**

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor foi criado em 1997, pelo Ato da Mesa nº 69, de 1997, e abarcou as atividades de treinamento e realização de concursos públicos que antes eram realizados pela Coordenação de Seleção e Treinamento.

O Centro foi criado com uma visão ampla a respeito de sua atuação, permitindo a ele atuar não só no treinamento e na capacitação do seu quadro de servidores, mas também junto à comunidade. Também foi vislumbrada a possibilidade de firmar convênios com outras entidades e instituições públicas a fim de promover intercâmbio de informações e cooperação técnica.

Após sua criação, ao longo desses últimos anos, o Cefor tem sido constantemente repensado e suas atividades têm sido ampliadas. Os processos de treinamento e desenvolvimento foram desenvolvidos e intensificados, foram estabelecidos vários programas voltados para a sociedade, a modalidade de educação a distância se fortaleceu, cursos de Pós-Graduação foram oferecidos em parceria com renomadas universidades e, em 2005, estabeleceu seu próprio programa de Pós-Graduação com a oferta de cursos de Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos Processos Políticos e Orçamento Público, este último em parceria com ISC-TCU.

Hoje, o Centro é composto pelo gabinete da direção e por cinco coordenações: a Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo, a Coordenação de Recrutamento e Seleção, a Coordenação de Treinamento, a Coordenação de Pós-Graduação e a Coordenação de Educação para a Democracia.

## **3 A Coordenação de Educação para a Democracia e seu papel na construção de uma democracia participativa**

No segundo semestre de 2008, foi criada a Coordenação de Educação para a Democracia - Coede com o objetivo estabelecer um olhar mais atento para as atividades relacionadas à Educação para a Democracia que antes eram organizadas por diversos núcleos da Coordenação de Treinamento do Cefor.

Em sua estrutura, a Coede foi, inicialmente, concebida com quatro núcleos: o Núcleo de Educação à Distância – Nuead, inserido no âmbito da Coede pelas possibilidades que oferece essa modalidade de ensino, o Núcleo de Formação para a Democracia – Nudem, responsável por coordenar os programas presenciais já existentes na Câmara e trabalhar no planejamento de novas atividades, o Núcleo de Criação - Nucri, com o objetivo de desenvolver materiais didáticos e de divulgação, e o Núcleo de Vídeo, com a missão de iniciar um trabalho de

produção de vídeos voltados ao letramento político. Posteriormente, o Nucri deixa de integrar a coordenação e passa a ser parte da estrutura do gabinete da direção do Cefor, e, já em 2010, é criado, no âmbito da Coede, o Núcleo de Interação Cidadã, com foco nos setores organizados da sociedade e em outras instâncias do Poder Legislativo.

Mas como a Coordenação se enxerga? Qual seu papel? Que propósitos movem a Coede e seus servidores?

Em primeiro lugar, é preciso que se tenha claro que o fortalecimento das práticas e das instituições democráticas é uma questão determinante para a própria existência do Parlamento. A equação é simples: o Legislativo, mais que qualquer outro poder, precisa de democracia para funcionar, para existir enquanto um poder independente. Sem democracia, o Parlamento é apenas um aparato formal que homologa as decisões tomadas em outro lugar. Logo, defender e promover a democracia deve ser uma das suas funções primordiais, pois quanto mais consolidada for a democracia em uma sociedade, mais forte será o seu Parlamento. Por isso, o Legislativo, seja no nível municipal, estadual ou federal, tem não apenas a legitimidade de promover o letramento político, mas também e, sobretudo, a necessidade de fazê-lo, se não quiser ser considerado por muitos como uma instituição ineficaz e, no seu limite, dispensável (Cosson, 2008, p. 200).

Em consonância com o que afirma Cosson, a Coede nasce ciente de sua responsabilidade e do seu papel na construção e no fortalecimento de uma democracia participativa. Cabe, então, a ela, sistematizar ações e programas com o objetivo de letrar politicamente os cidadãos brasileiros.

Mas o que vem a ser letramento político? Nas palavras de Cosson (2008), letramento político é o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia. Em seu livro, Cosson traz também referências da expressão *political literacy*, utilizada na língua inglesa, que “trata da competência de compreender e participar conscientemente da vida política” (Cassel e Lo; Dudley e Gitelson apud Cosson, 2008, p. 2008, p. 193) e da definição de Crick que fala de “aprendizagem sobre e como nos fazer atuantes na vida pública por meio de conhecimento, habilidades e valores” (Crick apud Cosson, 2008, p. 193).

Dessa forma, não basta transmitir informações, é preciso antes promover a reflexão e o debate, numa atuação dialógica, problematizadora e conscientizadora, levando os participantes dos programas e das atividades promovidas pela Coede a se apropriarem das informações que de forma tão transparente estão colocadas à disposição deles e de toda a sociedade. Para isso, todos os programas e atividades desenvolvidas pela coordenação estão em constante revisão e aperfeiçoamento, contando com a avaliação feita pelos alunos, com o *feedback* fornecido pelos facilitadores e pela observação contínua feita pelos membros dos núcleos que compõem a Coede. Além disso, especialistas, membros de outras equipes e parceiros na condução dos programas são constantemente chamados a contribuir na elaboração de novas propostas e na reformulação das atividades existentes.

Ainda no norteamento das atividades desenvolvidas pela coordenação, várias perguntas são constantemente feitas, ainda que de forma não sistematizada, quando do desenvolvimento e do planejamento das atividades:

- O que queremos promover?
- Como fortalecer o Poder Legislativo?
- Que cidadãos queremos ajudar a formar?
- Como se comportam os cidadãos politicamente engajados?
- Que tipo de cidadão fortalece a democracia?
- De que forma podemos favorecer essa apropriação do conhecimento disponível no Parlamento?
- Que competências queremos desenvolver a fim de que os participantes tenham recursos para interferir na sociedade?
- Como ajudá-los a serem capazes de atuar na modificação da realidade a eles apresentada?
- Como instrumentalizar os participantes de forma que sejam capazes de exercer influência na esfera política?

Atualmente, vários projetos são coordenados pela Coede, em parceria com outros setores da Casa, e com outras instituições. Eles são direcionados aos servidores da Câmara, aos servidores de outras Casas Legislativas das esferas estaduais e municipais, a outras instituições públicas e à sociedade em geral.

Na modalidade de ensino a distância são desenvolvidos, com tutoria, os cursos de processo legislativo, técnica legislativa, direito constitucional e oficina de texto. Esses cursos são fechados e direcionados aos servidores da Câmara, das outras Casas Legislativas, no âmbito estadual e municipal, e de outros órgãos públicos, mediante solicitação. Os cursos têm o acompanhamento de dois tutores que tratam do conteúdo e coordenam os fóruns de discussão.

Além dos cursos com tutoria, a Coede também desenvolve, em parceria com outras coordenações do Cefor, turmas semipresenciais, ou seja, na modalidade presencial e à distância, e a criação de salas de aula virtuais, grupos de trabalhos virtuais, fóruns, ferramentas Wiki, disponibilização de ementas e cronogramas das disciplinas e Biblioteca Virtual. Dessa modalidade também participam as turmas de pós-graduação, em conformidade com as disciplinas oferecidas em cada curso.

Sem tutoria e tratando de temas de interesse mais gerais, são oferecidos os cursos abertos a toda sociedade:

- Administração do Tempo;
- Atendimento ao Público;

- Cerimonial e Protocolo;
- Educação Financeira;
- Elaboração de Projetos;
- Reforma Ortográfica;
- Técnicas de Arquivo;
- Técnicas de Reunião;

Além dos cursos acima, estão também disponíveis para toda a sociedade cursos voltados para a área de conhecimento do Legislativo, trazendo temas ligados ao processo legislativo, ao funcionamento das Casas Legislativas, à democracia e à cidadania. Esses cursos buscam proporcionar aos participantes um melhor conhecimento sobre como funciona o setor do regime democrático ligado ao Legislativo, além de fomentar a reflexão sobre a participação de cada um na sociedade. São eles:

- Papel do Cidadão;
- Papel do Legislativo;
- Parlamento Jovem Brasileiro: Como Elaborar um Projeto de Lei;
- Plenarinho para professores - Programa de Orientação didática a distância.

Para utilização nos cursos presenciais ou para tratar de temas que serão trabalhados nos cursos a distância, são feitas pelo Núcleo de Vídeo gravações de aulas e palestras, captação de imagens e gravações de áudios. Depois de editado e trabalhado esse material, é inserido nos cursos desenvolvidos pela Coede.

Além dos cursos a distância, são desenvolvidos vários programas presenciais, tendo como público-alvo, em sua maioria, alunos do ensino médio e alunos universitários. São eles: Parlamento Jovem Brasileiro, Estágio-Visita de Curta Duração, A Escola na Câmara e o Estágio-Cidadão. Também presencial, mas voltado para professores, será realizado pela primeira vez, no segundo semestre de 2011, o programa Missão Pedagógica no Parlamento.

## **4 Programas presenciais desenvolvidos pela Coede**

### **4.1 Estágio-Visita de Curta Duração**

O programa Estágio-Visita de Curta Duração - EV, regulamentado pelo Ato da Mesa nº 51, de 2004 (com alterações dadas pelo Ato da Mesa nº14), tem o objetivo de possibilitar ao participante o conhecimento das rotinas do processo legislativo e da atividade parlamentar, contribuindo para a democratização da Câmara dos Deputados e favorecendo a melhoria da

imagem da Casa. A Segunda-Secretaria é o órgão supervisor do programa, que é conduzido pelo Cefor, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social – Secom e a Diretoria-Geral – DG.

O EV já havia sido realizado antes de 2003, porém não foram encontrados registros e nenhuma legislação interna que regulasse o programa, apenas a referência de sua existência em anos anteriores a 2003. A primeira regulamentação encontrada do EV foi o Ato da Mesa nº 143, de 15/01/2003, que já trazia algumas das diretrizes que ainda hoje são seguidas, como a forma de entrada no programa, qual seja a indicação por um parlamentar, a duração de cinco dias corridos e a exigência de frequência integral para o recebimento do certificado. Seguidas a essa primeira regulamentação do Ato da Mesa 143, em 2003, outras foram emitidas: o Ato da Mesa nº 22/2003 de 5 de junho de 2003 e a Portaria nº 1/2003 de 17 de outubro de 2003.

Assim, em 2003, é retomado o EV com uma programação que incluía além de uma atividade inicial de integração e uma atividade de encerramento, palestras e visitas a diversos órgãos da Casa e a órgãos externos: Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Palácio do Itamaraty e Supremo Tribunal Federal.

ESTÁGIO-VISITA - 1º a 5/12/2003: -
Conteúdo Programático
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de expectativas</li> <li>- Identificação da imagem da Câmara (trazida)</li> <li>- Aplicação de contrato psicológico</li> <li>- Apresentação dos objetivos do Estágio</li> <li>- Identificação da imagem da Câmara (após o estágio)</li> <li>- Avaliação do Programa - com vistas <i>a feedback</i></li> </ul> </li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da Estrutura da Câmara dos Deputados             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura física</li> <li>- Estrutura organizacional                 <ul style="list-style-type: none"> <li>. Órgãos e respectivas competências:</li> <li>CONLE- SGM- DECOM - CEDI - CEFOR - SECOM - MUSEU - OUVIDORIA</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas externas             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita ao Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Palácio do Itamaraty e Supremo Tribunal Federal.</li> </ul> </li> </ul>

Em 2004, foram realizadas seis edições, nos meses de março, abril, maio, agosto, outubro e novembro e, em 2005, também seis edições, nos meses de maio, junho, agosto,

setembro, outubro e novembro. Nesses dois anos, a programação segue basicamente o mesmo padrão da primeira edição.

Em 2006, são realizadas cinco edições, nos meses de março, abril, maio, junho e novembro. Por ser um ano eleitoral, as edições de agosto, setembro e outubro não foram realizadas devido ao envolvimento dos gabinetes parlamentares nas campanhas eleitorais e a consequente falta de inscrições para o programa. Até a edição de abril foram mantidas as visitas a alguns dos órgãos externos (Senado, Itamaraty, STJ, TCU, Palácio do Planalto e STF), após essa data são retiradas essas visitas, mantida apenas a do STF. Também em 2006, foram introduzidas as palestras sobre os mecanismos de participação do cidadão, ministradas por setores da Casa que entre suas atividades está o contato com o cidadão ou que tem como função informar o cidadão sobre as atividades legislativas. São eles: Secretaria de Comunicação Social – Secom, Ouvidoria, Comissão de Legislação Participativa – CLP e Centro de Documentação e Informação - CEDI. Com a inserção dessas palestras já se começa a buscar um maior foco em mostrar aos participantes não só as formas, mas a necessidade dos cidadãos se apropriarem de um espaço que é deles e explorá-lo buscando informações, acompanhando projetos, reclamando, enfim, participando do processo democrático.

Em 2007, são realizadas oito edições nos meses de março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro. Em 2008, ano eleitoral, são realizadas as edições de abril, maio, junho, outubro e novembro. As edições de outubro e novembro estiveram sob a coordenação do Núcleo de Formação para a Democracia, integrante da Coede, que acabava de ser criada.

Em 2009, foram realizadas sete edições e, em 2010, seis edições. Nesses anos, vários itens da programação do EV foram revistos, incorporados e retirados. Com base nas avaliações dos alunos, nos *feedbacks* dados pelos instrutores e, principalmente, na observação e percepção da equipe condutora do programa, desenvolveram-se atividades mais dinâmicas e que estimulassem não só a reflexão mas a ação. Com esse objetivo, foram inseridas as seguintes atividades:

- Oficina Juventude e Democracia, onde os alunos são convidados a formular projetos de intervenção, com as temáticas democracia, cidadania e política, para serem desenvolvidos em suas comunidades ao término de sua participação no Programa;
- Encontro com o deputado de seu Estado, ocasião em que o deputado fala e responde a perguntas sobre sua rotina para aproximar os participantes do cotidiano de um parlamentar;
- Simulação do trabalho das comissões, atividade pela qual os participantes simulam a rotina de uma comissão permanente da Câmara dos Deputados;

- Iniciação ao orçamento público mediante palestra com conceitos básicos de orçamento público, a fim de sensibilizar os participantes para o acompanhamento e fiscalização que cada cidadão pode fazer da aplicação dos recursos públicos;
- Diário de Campo Reflexivo, que consiste em um caderno distribuído aos participantes no primeiro dia. Nesse instrumento são apresentados trechos de textos para reflexão acerca de temas ligados ao Legislativo, tais como democracia, cidadania, ética e política. Os alunos são orientados a registrar diariamente o que mais os interessou, bem como suas reflexões sobre o dia.

Programação do Estágio-Visita de Curta Duração – Versão 2011	
Estágio-Visita de Curta Duração - 2011	
Horário	Atividades
<b>SEGUNDA-FEIRA – /11</b>	
7h30	Saída do ônibus da ENAP
8h às 8h50	Café da Manhã
9h às 9h20	Boas-vindas
9h20 às 9h30	Boas-vindas e apresentação do Cefor
9h30 às 10h30	O papel institucional da Câmara no Estado Brasileiro
10h30 às 12h30	Levantamento da imagem institucional
12h30 às 14h	Almoço
14h	Traslado para o Cefor
14h15 às 16h15	Minicurso: “O Processo Legislativo” - Parte 1
16h45 às 17h45	Palestra: “Funcionamento da Secretaria-Geral da Mesa e Comissões”
17h45 às 19h	Palestra “Eleições Proporcionais”
19h	Traslado para o restaurante
19h15 às 20h	Jantar
19h45	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo II
<b>TERÇA-FEIRA – /11</b>	
7h30	Saída do ônibus da ENAP
8h às 8h50	Café da Manhã
9h	Foto oficial do grupo
9h15 às 10h45	Visita Institucional
10h45 às 11h45	Encontro com o Deputado
11h45 às 13h15	Almoço
13h15	Traslado para o Cefor

13h30 às 15h30	Iniciação ao Orçamento Público
16h às 17h	Palestra: “Portal da Câmara – Mecanismos de Participação do Cidadão”
17h às 18h30	Palestra: "História da Concepção Arquitetônica de Brasília e de seus Edifícios"
18h30	Traslado para o restaurante
18h45 às 19h30	Jantar
19h30	Saída do ônibus para a ENAP - Anexo II
<b>QUARTA-FEIRA – /11</b>	
7h30	Saída do ônibus da ENAP
8h às 8h50	Café da Manhã
9h às 10h	Visita ao gabinete parlamentar responsável pela indicação
10h às 12h	Visitas livres às Comissões
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 14h30	Visita Livre
14h30 às 15h	Traslado para o STF
15h às 16h	Visita ao STF
16h às 16h30	Traslado à Câmara
16h30 às 18h30	Acompanhamento Plenário
18h30 às 19h30	Jantar
19h30	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo II
<b>QUINTA-FEIRA –/11</b>	
7h30	Saída do ônibus da ENAP
8h às 8h45	Café da Manhã
8h45	Traslado para o Cefor
9h às 12h	Simulação - Trabalho das Comissões
12h às 13h15	Almoço
13h15	Traslado Cefor
13h30 às 15h	Minicurso: “O Processo Legislativo” - Parte 2
15h30 às 17h	Educação Fiscal
17h às 18h30	Oficina “Juventude e Democracia”
18h30	Traslado para o restaurante
18h30 às 19h30	Jantar
19h30	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo II
<b>SEXTA-FEIRA – /11</b>	
7h30	Saída do ônibus da ENAP
8h às 8h45	Café da Manhã
8:45	Traslado para o Cefor

9h às 12h30	Avaliação do Programa
12h30	Traslado para o restaurante
12h45 às 14h	Almoço
14h	Tour Cívico-Administrativo

Analizando o perfil dos participantes do Programa nas edições dos dois últimos anos, temos que a maioria é do sexo feminino, cerca de 70% do total de alunos, das regiões sudeste e nordeste, e provenientes do curso de direito, 71% dos participantes do Programa em 2009 e 77% dos participantes em 2010. Em 2010, 46% dos participantes informaram que souberam do Programa através de amigos. O *site* da Câmara e informações advindas dos próprios parlamentares corresponderam juntas a 34%.

Todas as atividades do Estágio-Visita são avaliadas pelos participantes, que realizam avaliações diárias e uma avaliação global ao final do Programa. As avaliações diárias abordam a relevância da atividade e, no caso de palestras e minicursos, avalia-se o desempenho do palestrante/instrutor. Já a avaliação global trata dos seguintes critérios: objetivo proposto, material didático, organização e satisfação com o curso. As avaliações são realizadas em uma escala de cinco pontos, na qual o número 1 (um) corresponde ao grau mínimo de satisfação e o número 5 (cinco) ao grau máximo de satisfação. Em todos os critérios da avaliação global, o Programa tem obtido ao longo dos anos média geral superior a 4,00, o que indica a satisfação dos participantes.

Nos Diários de Campo e em todas as avaliações, há espaço destinado ao registro das impressões dos participantes sobre os programas. Reproduzimos abaixo alguns trechos retirados desses instrumentos nos últimos dois anos.

Trechos de avaliações (AV) e de Diários de Campo (DC) dos anos de 2009 e 2010:

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”. Completando a frase de Brecht, a crítica deve ser feita por quem conhece a realidade. Cheguei a Brasília com a visão negativa de descaso, de bagunça, de pouco trabalho e muito dinheiro, aquela visão publicada nos jornais, telejornais e noticiários, a visão de quem não conhece. O estágio-visita me possibilitou conhecer, e conhecendo, posso dizer que o papel, a função da Câmara dos Deputados é essencial para a continuidade da democracia brasileira. É na Câmara que se consolidam as mudanças e melhorias no país. A Câmara é o espaço de debate real das mudanças necessárias com a participação efetiva da sociedade e, com isso, resulta na elaboração de leis com eficiência prática. Enfim, o estágio-visita possibilitou uma mudança radical na minha opinião. Uma experiência inesquecível. Existe eficiência na representação atual. É possível sim que o desejo da sociedade seja levado ao Congresso por seus representantes eleitos. Agradeço imensamente a indicação feita por meu deputado, a disponibilidade do programa pela CD e o empenho dos servidores envolvidos direta e indiretamente na execução. Obrigado e parabéns!” (DC -A. S. participante da edição de maio de 2010).

“Essa experiência foi de enorme importância para meu crescimento, pois, além de conhecer realmente o funcionamento da Câmara dos Deputados, pude compartilhar experiências com pessoas de todo o Brasil, das mais variadas culturas. Obrigado pela oportunidade!” (AV - Março 2009)

“Um programa que mudou a percepção política dos estagiários, que mostrou na prática o que é estudado nos bancos da universidade.” (AV - Agosto 2009)

“A vivência na Câmara me mostrou como devemos dar importância ao nosso voto. Saio daqui com sentimento de amor a pátria e realizada por ter tido esta oportunidade.” (Setembro 2009)

“O estágio-visita foi responsável por uma quebra de paradigmas. A velha visão preconceituosa de que todos os representantes são corruptos, não trabalham e etc. Todos os conceitos já interiorizados no (in) consciente popular foram substituídos por uma nova visão. Agora, não mais a velha visão, mas sim a nova visão. A importância do Legislativo na criação das leis e, por consequência, o comprometimento de determinados parlamentares na busca por uma sociedade mais justa. Embora isso não signifique que nossos representantes estejam isentos de críticas. A crítica passa a ser fundamental para o exercício da cidadania. A crítica, quando construída e avessa a generalizações, só tende a contribuir para o processo democrático.” (DC - T. A. C. participante edição de maio de 2010).

“Fiquei muito feliz por estar aqui e conhecer melhor sobre o Legislativo. Acho que apesar do bom programa, uma semana não é suficiente para formar uma opinião consistente desse poder. O que consigo pensar é que a administração da Câmara é muito boa, porém, o Legislativo ainda é lugar de muito corrupção, desorganização e baixa produção, embora sei que não posso generalizar que todos os Deputados são incompetentes.” (AV - Setembro 2009)

“Uma oportunidade excelente para saber realmente as funções de um parlamentar, e não apenas deixar influência pelo sensacionalismo da mídia. Inclusive, penso que tal oportunidade devia ocorrer mais vezes no ano para cada vez mais pessoas.” (AV - Outubro 2009)

“O estágio-visita foi uma ótima oportunidade para botarmos a mão na consciência e repensarmos sobre o que faremos para exercer a democracia no nosso país. Muitas vezes, apesar de sabermos que temos o poder em nossas mãos, já que o povo detém o poder, tudo que sabemos é reclamar e esperar por mudanças ao invés de sermos a mudança que queremos ver no Brasil.” (DC - M.P.R.W. Participante da edição de julho de 2010).

“A conclusão que tiro desta vivência é a de que sou capaz de melhorar minha vida como cidadão, que posso passar a adiante meus conhecimentos, que hoje tenho com propriedade, e participar melhor da vida política de meu país.” (AV - Novembro 2009)

“Deste momento para frente é preciso amadurecer tudo o que vivenciei nesta semana. Com o passar dos dias, as fichas vão caindo. A reflexão não termina aqui. Este é o início. A oportunidade de participar deste estágio deixa uma marca permanente. E o meu eu cidadão vai se desenvolver cada vez mais. A presença desta turma demonstra a esperança dos jovens no futuro do país”. (DC - P. L. S. Participante da edição de julho de 2010).

“O Estágio-Visita foi uma oportunidade única de valiosa importância para minha vida. Considero-me, hoje, um outro cidadão, uma outra pessoa com mente bem mais esclarecida. Todos esses dias aqui me proporcionaram ter uma visão do que é a realidade do nosso congresso. Eu venho de longe (RN), de um lugar onde a imagem do Congresso e dos nossos parlamentares é tida como suja, corrupta, vergonhosa, ao ponto de a maioria da população nem sequer sabe o que realmente é o papel de um senador ou de um deputado. Vivemos na total ignorância, e isso talvez seja até favorável aos nossos políticos, que, assim, conseguem manipular a consciência e o voto dos cidadãos. Mas a realidade do país está mudando, aos poucos, estamos conseguindo propagar uma outra imagem, e essa bem mais séria e digna de um país democrático. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados está de parabéns por proporcionar aos brasileiros meios de comunicação e educação política. O Estágio Visita, o portal na Internet, a Rádio Câmara, o Parlamento Jovem e os outros meios de comunicação e programas da Câmara mostram que temos pessoas sérias a frente disso que chamamos “A Casa do Povo”. (DC - T. S. D. O. participante do mês de julho de 2010).

“As experiências do Estágio-Visita foram excepcionais para meu aperfeiçoamento profissional. Através deste programa, tive a oportunidade de consolidar os meus conhecimentos sobre o poder legislativo e aprofundar tal conhecimento com assuntos antes não conhecidos. Lamento que este Estágio tenha uma abrangência tão limitada, já que é essencial para o desenvolvimento da democracia do país. A semana, de uma forma geral, apesar de algumas palestras não tão relevantes quanto outras, foi riquíssima em conhecimento e intercâmbio entre povos de um mesmo país, mas com culturas tão diferentes e peculiares. Acredito que este estágio foi uma experiência ímpar para meu enriquecimento pessoal devido a essa constante comunicação entre indivíduos. Desse modo, acho extremamente válido esse programa da CD, sendo um mecanismo excelente para a participação do cidadão nos locais políticos. Sou extremamente a favor da ampliação deste programa, tal como me esforçarei para passar adiante as informações adquiridas ao longo desta semana para sensibilizar amigos e familiares, visando uma maior participação política da sociedade e a manifestação constante da cidadania e dos princípios da solidariedade”. (DC - V. C. F. participante da edição de outubro de 2010).

“Como foi dito por alguns palestrantes, hoje enxergo os governantes do meu país como um reflexo do seu povo. A Câmara dos Deputados, bem como os demais órgãos representativos, é um microcosmo da nossa nação. Acredito que todos os perfis brasileiros levam à política que se estabelece hoje no país. Falta maturidade tanto da população, quanto de líderes que a representam. Nós precisamos buscar qualificação e entendimento para votar e exercer a cidadania, tão quanto exigirmos isso de nossos representantes. Temos uma democracia recente, porém já consolidada. Os desafios que se apresentam são muitos, tanto para o povo, quanto para as instituições governamentais e seus governantes. Mas minha crença é de que caminhamos para um progresso contínuo, o qual pode ser alcançado pelo trabalho em conjunto das instituições articulado com ações individuais. Nesse sentido, o programa estágio-visita cumpre sua missão de suscitar reflexão e interesse nos jovens, mas soube trabalhar também para estimular que seus participantes entendam os benefícios recebidos em ações individuais ou em grupos de disseminação do conhecimento.” (DC - M. M. A. participante da edição de outubro de 2010).

## **4.2 Parlamento Jovem Brasileiro**

Regulamentado pelo Ato da Mesa 49/04, o Parlamento Jovem Brasileiro - PJB é promovido pelo Cefor e pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados – Secom. O Programa tem o objetivo de propiciar a estudantes do Ensino Médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático. O Programa tem a duração de uma semana e consiste em uma jornada parlamentar, atividade na qual os alunos selecionados são diplomados, tomam posse e exercem o mandato legislativo de parlamentar jovem por uma semana.

Diferentemente do EV, o PJB promove também uma simulação, que consiste em convidar os alunos a vivenciarem a experiência dos parlamentares no tocante a etapas e ritos para aprovação ou rejeição de um projeto de lei. Além das parcerias internas, o Programa conta com a colaboração do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed no sentido de disseminar as informações para os estados e para o Distrito Federal e receber as inscrições via Secretarias de Educação - SE. As inscrições dos alunos são garantidas mediante a apresentação de um projeto de lei de sua autoria.

São recebidos 78 parlamentares jovens, de acordo com a tabela de proporcionalidade a seguir:

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Bancada Estadual</b>	<b>Deputados Jovens</b>
AC	8	1
AL	9	1
AM	8	1
AP	8	1
BA	39	6
CE	22	3
DF	8	1
ES	10	2
GO	17	3
MA	18	3
MG	53	8
MS	8	1
MT	8	1
PA	17	3
PB	12	2
PE	25	4
PI	10	2
PR	30	5
RJ	46	7
RN	8	1
RO	8	1

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Bancada Estadual</b>	<b>Deputados Jovens</b>
RR	8	1
RS	31	5
SC	16	2
SE	8	1
SP	70	11
TO	8	1
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>78</b>

O Programa é realizado uma vez por ano e inicia com a divulgação, pelo Consed e pelas SE, do calendário e das diretrizes para a apresentação dos projetos, os quais deverão ser apresentados na escola onde o aluno estuda, e esta encaminhará a SE do seu Estado. Após o término do prazo para o recebimento de projetos, a SE fará uma pré-seleção dos projetos recebidos encaminhando ao Consed apenas o número de projetos correspondente a quatro vezes o número de vagas do seu Estado.

Na seleção dos projetos feita na Câmara, um grupo de servidores analisa os projetos recebidos, considerando os critérios: tema/assunto (originalidade, pertinência, contextualidade, relevância), justificativa, clareza, redação (pontuação, gramática, vício de linguagem, defeito ou erro manifesto), técnica legislativa, constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, competência (Federal) e adequação financeira e orçamentária.

Por ser um projeto direcionado a todo o País e envolvendo vários parceiros, algumas ações, como, por exemplo, a seleção dos projetos feita nos Estados, ainda não tem uma padronização ou um direcionamento único. Nos últimos três anos, buscando uma integração maior entre as várias instituições envolvidas no Programa, tem sido realizada uma reunião de preparação, no início de cada ano. Nessa reunião é lançada a campanha do PJB daquele ano e são discutidas ações e compartilhadas experiências a fim de buscar uma homogeneização nos procedimentos e práticas e uma melhoria constante do Programa.

O conteúdo programático do PJB inclui palestras sobre processo legislativo, Adequação Orçamentária e Financeira e O Papel Institucional da Câmara dos Deputados no Estado Brasileiro. O foco do Programa, porém, estabeleceu-se sobre as dinâmicas de simulação das atividades parlamentares realizadas no decorrer do Programa, envolvendo, além da diplomação e posse dos jovens parlamentares no Plenário Ulysses Guimarães, as análises e votações dos projetos nas Comissões, constituídas de acordo com quatro áreas temáticas: Agricultura e Meio Ambiente; Saúde e Segurança Pública; Economia, Emprego e Defesa do Consumidor; Educação, Cultura, Esporte e Turismo. Para auxiliar os parlamentares jovens nas atividades de análise dos projetos, técnicos da Câmara dão suporte nas comissões, e dois consultores, um na

área orçamentária e um na área constitucional, também ficam à disposição dos alunos para consultas.

Todos os dias e ao final de cada edição, são aplicadas avaliações abordando tópicos sobre a organização do evento, atuação dos instrutores e facilitadores, grau de satisfação com o evento, expectativas e conteúdo apreendido. Seguem alguns trechos retirados das avaliações das edições de 2009 e 2010:

- “O Parlamento Jovem Brasileiro nos deu mais uma oportunidade de integração no da casa.”
- “Foi a melhor semana de conhecimento que já vivenciei, amizades conjuntas ficarão para sempre.”
- “Minha expectativa era conhecer o processo legislativo do Brasil e acho que aprendi muito.”
- “Eu pude de verdade vivenciar e sentir a força de um parlamentar.”
- “Aprendi que a vida de parlamentar não é fácil tendo que colocar em pauta os diversos trabalhos do dia.”
- “Consegui mudar minha opinião sobre a política, obter novos conhecimentos.”
- “Aprendi coisas que não sabia, também conheci o lado do Parlamento que não conhecia.”
- “Deveria ter mais liberdade de atitudes, como falar com os deputados federais, senadores, visitar seus gabinetes; afinal, viemos aprender e conhecer.”
- “O evento causa em nós um enorme impacto, nos mostrando que nem tudo é como pensamos, as coisas não são tão simples, amplia nossa visão.”
- “O meu projeto foi um bom incentivo para um bom começo, mas achei bom que apareceram melhores projetos que pretendem melhorar o nosso país.”

Nas tabelas seguintes, seguem os projetos aprovados na Ordem do Dia pelos Parlamentares Jovens nas edições de 2009 e 2010:

<b>Projetos aprovados na Ordem do Dia da VI Sessão do Parlamento Jovem Brasileiro - 2009</b>		
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>NOME ALUNO / UF</b>	<b>EMENTA</b>
08/2009	SORAYA NASCIMENTO - BA	Dispõe sobre o trabalho de detentos, para fins auxiliares à sua família” tendo parecer da Comissão de Saúde e Segurança Pública pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do substitutivo.
16/2009	LEANDRO FERREIRA - ES	Dispõe sobre a substituição de copo descartável por canecas personalizadas em todas as repartições públicas do país” tendo parecer da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação
25/2009	DANILO FONSECA - MG	Dispõe sobre a implementação de ações educativas que abordem o desenvolvimento sustentável nos estabelecimentos comerciais no que tange à substituição de sacolas plásticas por alternativas de menor impacto ambiental” tendo parecer da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente pela

<b>Projetos aprovados na Ordem do Dia da VI Sessão do Parlamento Jovem Brasileiro - 2009</b>		
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>NOME ALUNO / UF</b>	<b>EMENTA</b>
		constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda
48/2009	IÚRI CASTILHOS - RJ	Dispõe sobre medidas para melhoria da educação” tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos da CÂMARA DOS DEPUTADOS PARLAMENTO JOVEM 2009 Em 13 de novembro de 2009 (sexta-feira) substitutivo
53/2009	ELENICE WEILER - RS	Dispõe sobre a criação de normas e procedimentos para o serviço de coleta, reciclagem e disposição do lixo eletrônico” tendo parecer da Comissão de Saúde e Segurança Pública pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do substitutivo
56/2009	THALISSON GOMES - RS	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de projeto sustentável, captação de águas pluviais em novas instituições de ensino público” tendo parecer da Comissão de Economia, Emprego e Defesa do Consumidor pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do substitutivo
58/2009	PRISCILA OGG -SC	Dispõe sobre as responsabilidades das indústrias em relação aos danos ambientais causados pelas embalagens de seus produtos”, tendo parecer da Comissão de Economia, Emprego e Defesa do Consumidor pela constitucionalidade e juridicidade, adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do substitutivo

<b>Projetos aprovados na Ordem do Dia da VII Sessão do Parlamento Jovem Brasileiro - 2010</b>		
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>NOME ALUNO / UF</b>	<b>EMENTA</b>
15/2010	Rayanne Cavalari – PR	“Abre linha de crédito para agricultores migrarem da agricultura convencional para a agricultura orgânica”, tendo parecer da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, pela aprovação. (Relatora: Dep. Jovem PATRÍCIA MATTANA – SC)

<b>Projetos aprovados na Ordem do Dia da VII Sessão do Parlamento Jovem Brasileiro - 2010</b>		
<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>NOME ALUNO / UF</b>	<b>EMENTA</b>
32/2010	Jean Carlos dos Santos – PR	“Dispõe sobre abono de falta para prestar exame vestibular, e dá outras providências”, tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pela aprovação. (Relator: Dep. Jovem EDINALDO DE OLIVEIRA – RO).
65/2010	Rafael Aragão – BA	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas escolas públicas de educação básica”, tendo parecer da Comissão de Saúde e Segurança Pública, pela aprovação com emenda. (Relator: Dep. Jovem JHONATHAS CASTRO – RJ).
38/2010	Alan Cezar – GO	“Dispõe sobre a exigência de experiência para o ingresso no mercado de trabalho”, tendo parecer da Comissão de Economia, Emprego e Defesa do Consumidor, pela aprovação. (Relator: Dep. Jovem FÁBIO SANTOS – PB).
67/2010	Willians de Souza – RJ	“Visa incentivar o jovem do ensino médio a concluir seus estudos através do ensino federal. O governo federal em parcerias com empresas nacionais e multinacionais fornecendo suporte para a criação de cursos, estágios e o encaminhamento para universidade” tendo parecer da Comissão de Saúde e Segurança Pública, pela aprovação. (Relator: Dep. Jovem ALLAN SANTANA – PE)
36/2010	Victor Fernandes – RS	“Altera a lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências”, tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pela aprovação. (Relator: Dep. Jovem WALLISON DE ASSIS – TO).

#### 4.3 A Escola na Câmara

O Programa A Escola na Câmara foi iniciado pelo Cefor no segundo semestre de 2009, em parceria com a Secom. O programa é dirigido a alunos do Ensino Médio da rede de ensino do DF e propõe uma atividade pedagógica (aula de cidadania) integrada a uma visita institucional à Câmara dos Deputados.

O objetivo maior do evento é aproximar os jovens da Câmara dos Deputados, propiciar-lhes conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, bem como despertá-los para a reflexão crítica e participação política.

As inscrições são feitas pela página da Câmara, na área de Educação Legislativa, onde está disponível um formulário eletrônico. Após o envio do formulário é feito um contato com a escola a fim de agendar a atividade.

O programa A Escola na Câmara, em seu planejamento, prevê a realização de outras atividades de cunho pedagógico a serem desenvolvidas no ambiente escolar pelos professores, a fim de que a vinda do aluno seja mais significativa. Para isso, está em andamento a elaboração de um material de suporte a essas atividades, direcionados aos professores, com a abordagem dos temas: Poder Legislativo, democracia, ética, cidadania e política.

Em 2009, o Programa atendeu 97 alunos, na faixa etária de 16 a 22 anos, e, em 2010, 478 alunos, de 15 a 20 anos.

Seguem trechos das avaliações de alunos que participaram das edições de 2009 e 2010:

“Nos inspira a buscar uma vida melhor. Nos ensina politicamente.”

“Apreendi muitas coisas sobre a Câmara e gostei muito de conhecê-la, continuem sempre assim dando oportunidade aos alunos de escolas que nunca foram. Agradeço a oportunidade.”

“Foi esclarecedor e o palestrante mostrou que tinha conhecimento para passar para os alunos.”

“Excelente, bem explicado e focado no entendimento da Câmara e da população.”

“Foi ótima, tiramos nossas dúvidas, e mudamos nossa opinião sobre as votações e aprendemos que um cidadão deve agir e participar das votações, pois é importante.”

“Foi bastante proveitoso essa visita, pois permitiu conhecimento, intimidade com o poder legislativo.”

“O conteúdo foi ótimo e essencial para formar nossa consciência política.”

“Muito explicativa tirando as dúvidas, e explicando também o que é cidadão, nossos deveres e direitos.”

#### **4.4 Estágio-Cidadão**

Direcionado a estudantes universitários que fazem estágio na Câmara, O programa Estágio-Cidadão foi realizado pela primeira vez no início de 2011.

Com duração de cinco dias, o Programa intenciona/pretende/tem por finalidade mostrar o funcionamento da Câmara e do processo legislativo, valorizar os jovens que colaboram com as atividades desenvolvidas pela instituição e contribuir para a formação de uma visão crítica do mundo político. Para isso, o curso abordou, por meio de palestras, visitas, simulações, debates e oficinas, temas como o papel institucional da Câmara dos Deputados e a relação entre democracia e política; a produção das leis; os mecanismos de participação popular; possíveis caminhos para atuação política e participação cidadã; simulação do trabalho das comissões; e análise do comportamento da juventude em relação à democracia.

Seguem depoimentos de alguns participantes do Programa:

"Foi relevante o Estágio-Cidadão, a possibilidade de conhecer melhor o funcionamento do Poder Legislativo, em particular, a elaboração de leis e o papel desempenhado pelas Comissões Técnicas." (Estagiária do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor),

"Excepcional. Você passa a ver a Câmara com outros olhos, como a Casa do Povo mesmo, lugar de gente trabalhadora. Gostei muito de ter essa oportunidade e poder me sentir parte disso tudo não só como estagiária, mas como cidadã. Sem falar que uma grande tendência dos jovens é passar o que

aprendem adiante. Com isso, aos poucos, podemos mudar a visão ruim que a sociedade tem da Câmara”. (Estagiária do Centro de Informática - Cenin). “Faltava oportunidade para que os estagiários conhecessem a Câmara como um todo. O que acontece, como e onde nos encaixamos nesse sistema. São questões que ficaram muito claras no decorrer do curso”, (Estagiária do Fundo Rotativo do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade - Defin).

#### **4.5 Missão Pedagógica no Parlamento**

Em sua primeira edição, será realizado no segundo semestre de 2011 o Programa Missão Pedagógica no Parlamento, voltado para professores do sistema público de ensino público. O Programa propiciará a vinda de dois professores de cada estado para uma semana de formação na Câmara dos Deputados. O objetivo é contribuir com a valorização da escola como espaço privilegiado para a vivência de valores democráticos, é fornecer aos professores subsídios didáticos para a inserção de temas relativos à democracia, à cidadania e à política no cotidiano escolar e de cooperar para o fortalecimento da imagem institucional da Câmara dos Deputados como guardião e defensora da democracia brasileira. Além disso, espera-se obter, como produtos do Programa, uma rede nacional de professores sensibilizados com a importância da inserção da educação para a democracia nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras e um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia, que será disponibilizado para a sociedade.

#### **5 Considerações Finais**

O Mapa Corporativo da Câmara dos Deputados estabelece como objetivos institucionais “promover a cidadania e o processo democrático” e “interagir com a sociedade para a promoção da cidadania”. Por ser a educação uma estratégia para o alcance desses objetivos, cabe à Coede, embora não somente a ela, o desenvolvimento de projetos e ações de formação que visem à consecução desses objetivos.

À Coede já estão postos grandes desafios, por meio de seus programas e cursos: aproximar a população do Parlamento, instrumentalizar os participantes para que possam transformar a experiência e os conhecimentos adquiridos em atuação política e exercício da cidadania, contribuir para a consciência do Parlamento como pilar do regime democrático no Brasil.

Para isso, além de repensar e aperfeiçoar constantemente seus programas e implementar novos, precisa investir no uso da Web como espaço privilegiado para o desenvolvimento de temas ligados ao Parlamento, à democracia e à cidadania, tendo como incentivadores o baixo custo e a possibilidade de se ampliar o alcance das atividades desenvolvidas pela coordenação.

Além disso, caberá à Coede acompanhar a evolução do regime democrático representativo, que parece caminhar para um sistema de democracia combinada, e atuar na formação dos cidadãos para que tenham participação direta nesse novo modelo.

O novo modelo de democracia combinada conserva a dimensão representativa e os seus componentes tradicionais (partidos políticos, eleições periódicas, mandatários parlamentares, competência legislativa etc.). Entretanto, as instituições da democracia representativa, progressivamente, devem ser organizadas com a finalidade de ampliar oportunidades de participação direta dos cidadãos nos processos decisórios governamentais. A consolidação da democracia combinada, em determinado Estado nacional, tem no envolvimento político da sociedade civil seu fator determinante. (Valente, 2006, p. 129).

## Referências

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor. Coordenação de Educação para a Democracia – Coede. **Relatório de Atividades 2009**. Cefor – Coede, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor. Coordenação de Educação para a Democracia – Coede. **Relatório de Atividades 2010**. Cefor – Coede, 2011.

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

COSSON, Rildo. Educação política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer**, v. XI, n. 3, p. 25-36, 2010.

COSSON, Rildo. **Letramento político**. Disponível em:

<http://letramento politico.blogspot.com/2011/02/letramento-politico-e-legislativo.html> Acesso em: 5 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o Parlamento: incursões acadêmicas no território político**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

RIBEIRO, Guilherme. A Educação Legislativa é uma resposta à crise do Parlamento? **E-legis**, n. 6, p. 96-103, Brasília: 1º semestre 2011.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

Artigo recebido em: 13/09/2011

Artigo aceito para publicação em: 14/10/2011